



Vacinas:

Bem social e

Autonomia individual

M. Patrão Neves

www.mpatraoneves.pt

Vacinas: bem social e autonomia individual

1. Os Conceitos

2. Do Milagre à Suspeita

3. Voluntariedade *versus* Obrigatoriedade

4. Uma 3ª via alternativa

Vacinas: bem social e autonomia individual

1. Os Conceitos

Hoje, a problemática da vacinação envolve dois valores éticos irredutíveis:

- “**bem comum**”, condições de vida partilhada que promovem o desenvolvimento da pessoa, singular e comunitariamente considerada (e.g. saúde)

- “**autonomia individual**”, capacidade de tomar decisões por si, sobre si (e.g. realização de cirurgia)

Responsabilidade social

A recusa de qualquer um implica um **dilema ético** (conflito de obrigações),

e a opção por uma obrigação por exclusão da outra, implica um **fracasso ético**.

Vacinas: bem social e autonomia individual

2. Do Milagre à Suspeita

A vacinação é das mais bem sucedidas medidas de saúde pública. Por isso, a sua **problematização ética** caracterizava-se pela exigência de:

- disponibilização gratuita
- acesso universal

Em 1998, o estudo fraudulento que associa a vacina VASPR ao autismo desencadeia o movimento anti-vacinação. A **problematização ética** caracteriza-se agora pelo confronto entre:

- o respeito pela liberdade da pessoa aceitar ou recusar a vacinação
- o dever de contribuir para a saúde pública vacinando-se

Na actual pandemia a **problemática ética** da vacinação desenrola-se neste amplo e intrincado domínio:

- acesso universal e gratuito
- direitos individuais vs deveres colectivos

Vacinas: bem social e autonomia individual

3. Voluntariedade vs Obrigatoriedade

A perspectiva liberal, de pendor individualista, tende a privilegiar a autonomia individual, ao abrigo da qual a vacinação terá de ser voluntária.

A perspectiva comunitária, de pendor social, tende a privilegiar o bem comum, ao abrigo do qual a vacinação poderá ser obrigatória se o bem comum estiver em risco (se +30% dos cidadãos recusarem a vacinar-se).

O conflito entre ambas tende a favorecer a primeira, porque para:

- respeitar o princípio da autonomia (deontológico) basta que nada se faça (obrigação negativa)
- contribuir para o bem comum (teleológico) exige-se uma acção efectiva (obrigação positiva), a de vacinação.

Vacinas: bem social e autonomia individual

4. Via alternativa

A superação do conflito vem sendo ensaiada por uma sequência de dois tipos de acção que instaura a 3ª via alternativa:

1. Reforço de uma autonomia responsável, através de:

- campanha de educação para a saúde para o cidadão comum
suas vantagens e eventuais efeitos secundários
- campanha, para os profissionais de saúde, de promoção de um contexto de confiança para o acto de vacinação

2. Protecção de bem comum respeitando todos, através de:

- restrições à mobilidade
- interdições de acesso a não-vacinados

A 3ª via, alternativa ao dilema (“obrigatória” vs “voluntária”) da vacinação é ser “**não-obrigatória**”.

Vacinas: bem social e autonomia individual

4. Via alternativa

E a vacina “não-obrigatória” será eticamente legítima?

Sim, se observar o princípio da proporcionalidade:

- a intervenção do Estado deve-se limitar ao mínimo necessário para garantir o bem comum**
- as restrições e interdições devem ser cientificamente justificadas e apresentadas com objectividade e transparência**
- as medidas adoptadas devem obter o consenso da população**

Assim se promove também o bem comum e a responsabilidade social, respeitando a autonomia individual e a dignidade humana – requisitos éticos para uma Política de Vacinação.

Obrigada



M. Patrão Neves
www.mpatraoneves.pt